

1 Aos vinte e um dias do mês de maio de 2021, às 09h00, os membros do Grupo de
2 Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio
3 das Velhas (CBH Rio Velhas) reuniram-se por videoconferência, utilizando a plataforma
4 *Zoom Meet*. **Participaram os seguintes membros:** Valter Vilela Cunha – Associação
5 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES-MG); Eric Alves Machado – Prefeitura
6 Municipal de Contagem; Carlos Alberto Santos Oliveira – Federação da Agricultura e
7 Pecuária de Minas Gerais (FAEMG); Fúlvio Rodriguez Simão – Empresa de Pesquisa
8 Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG). **Participaram também:** Luiza Baggio –
9 Assessoria de Comunicação CBH Rio das Velhas; Rúbia Mansur, Mateus Carvalho e Ohany
10 Vasconcelos – Agência Peixe Vivo; Dimas Correa – Equipe de Mobilização e Educação
11 Ambiental CBH Rio das Velhas; Michael Jacks Assunção – Instituto Mineiro de Gestão das
12 Águas (IGAM). O coordenador Eric Machado inicia a reunião agradecendo a presença de
13 todos, coloca em votação **a ata da reunião do dia 10 de fevereiro de 2021**, que é aprovada
14 com abstenção de Fúlvio Simão, que não era conselheiro deste grupo à época. Em seguida,
15 Eric solicita inversão de pauta, que é aceita por todos. **Esclarecimento de dúvidas sobre o**
16 **Plano de trabalho para acompanhar a execução do Contrato Gestão.** Valter Vilela diz
17 que o GACG do CBH Rio das Velhas não participou da elaboração do Plano de Trabalho dos
18 Contratos de Gestão em que constam as metas/indicadores pactuadas entre o Igam e as
19 Agências de Bacia Hidrográfica ou entidades a elas Equiparadas. Michael Jacks lembra que
20 o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão está previsto para atuação desde o
21 início da vigência do contrato de gestão. Esclarece que, por muitos anos, o papel dos GACG
22 foi bastante questionado, especialmente em outros comitês de bacia. Anteriormente, o
23 comitê era responsável por aprovar o contrato de gestão, mas o fluxo burocrático era
24 ineficiente, pois a prestação de contas deveria ser deliberada pelo diretor geral do IGAM.
25 Assim, desde o ano de 2019, com a publicação do Decreto Estadual 47633/2019 – Dispõe
26 sobre os contratos de gestão firmados entre o Estado e as agências de bacia ou entidades
27 equiparadas, os comitês de bacia têm sido provocados a participar do planejamento, da
28 elaboração dos documentos, da fase de execução e avaliação o que foi planejado. A
29 aprovação continua sob a responsabilidade do IGAM, mas o entendimento é de que é
30 necessário que os comitês participem do processo de prestar contas e acompanhem a
31 execução do que foi pactuado com a entidade. Essa é uma contextualização do que de
32 modo geral ocorre em todos os comitês. Então, a partir deste plano de trabalho, a ideia é dar

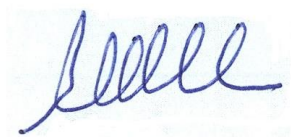
33 ao GACG algumas responsabilidades, como acompanhar e discutir o andamento da
34 execução do PPA (Plano Plurianual de Aplicação) e do POA (Plano Orçamentário Anual)
35 aprovados pelo Plenário. Ao final do exercício, o grupo deve emitir um parecer considerando
36 o relatório de prestação de contas da agência, que será encaminhado para aprovação do
37 plenário do comitê. Em seu parecer, o GACG pode incluir ressalvas e fazer recomendações
38 ao plenário. O plenário delibera os dois relatórios, que serão anexados à prestação de
39 contas. Esse material será subsídio para indicar se o recurso está sendo corretamente
40 aplicado. Após a prestação de contas, é realizada a avaliação do cumprimento dos
41 indicadores do plano de trabalho anexo ao contrato de gestão. O IGAM faz a primeira
42 avaliação, e a entidade tem um prazo para avaliação e apresentação de justificativas, se for
43 o caso. Essa etapa também conta com a participação do GACG. Michael lembra que a
44 competência de avaliar o que está sendo executado é do IGAM, mas a ideia é também trazer
45 o comitê para essa discussão. Explica que a parte financeira é mais burocrática e não é
46 necessária a participação do comitê, pois é somente verificado o cumprimento da norma
47 para aquisição de bens e serviços. Assim, o IGAM tem se pautado em atuar mais próximo
48 aos GACGs, participando do máximo de reuniões possível, no acompanhamento do PPA, do
49 POA e do plano de trabalho, e também de demais ações, como monitoramento de
50 indicadores e avaliação das informações no *site* durante todo o exercício. Fúlvio considera
51 interessante o IGAM trazer para o grupo a explicação de todo o processo de prestação de
52 contas e a forma que foi construído o plano de trabalho. Entende que realmente o comitê
53 talvez não tenha competência para tratar da parte financeira, mas considera interessante o
54 acompanhamento das etapas e do resultado da avaliação realizada pelo Órgão Gestor, para
55 conhecimento. Michael diz que a parte financeira envolve avaliação da execução correta dos
56 trâmites burocráticos, mas que o Comitê será comunicado do resultado do trabalho da
57 auditoria. Diz ainda que caso a entidade tenha levado ao comitê um planejamento
58 orçamentário anual que tenha sido extrapolado durante sua execução, os motivos serão
59 justificados ao comitê. Lembra que a agência tem autonomia, mas caso o planejamento não
60 seja cumprido, é preciso justificar. Havendo identificação de irregularidade com compras e
61 contratações com recurso da cobrança, repercutindo em possível glosa, o comitê será
62 informado. Sobre a elaboração do plano de trabalho dos contratos de gestão, Michael alerta
63 que o documento existe para avaliar o desempenho da entidade equiparada a partir de
64 indicadores para saber se as competências previstas na lei 13199/99 estão sendo

65 cumpridas. Até 2020 eram 5 indicadores, a saber: transparência das informações a serem
66 disponibilizadas; indicador vinculado ao planejamento do PPA; indicador de desembolso
67 financeiro; indicador de manutenção dos dados do CNAR disponibilizando um número de
68 telefone 0800 para que o usuário possa tirar dúvidas e conseguir informações; e indicador de
69 avaliação pelos conselheiros, com formulário de avaliação a ser preenchido por eles ao final
70 de cada ano. Lembra que houve auditorias da Controladoria Geral do Estado (CGE) e da
71 Procuradoria do IGAM, e o modelo supracitado foi questionado em relação a sua eficiência,
72 pois não repercutia a realidade do contrato, uma vez que, mesmo não existindo execução do
73 recurso, a nota final da entidade poderia ser boa. Assim, foi criado um grupo de trabalho
74 para discutir um novo plano com participação das 4 entidades que o IGAM tem contrato, e
75 com os comitês de bacia. Michael informa que as 4 entidades participaram, mas somente 6
76 comitês, com atuação no Rio Doce, estiveram presentes. Este trabalho buscou avaliar e
77 revisar os indicadores em três grupos: transparência da informação; gestão administrativa e;
78 gestão finalística vinculado às ações do PPA. Além da transparência da informação, o
79 primeiro tópico buscou avaliar também o desempenho da entidade no papel de secretaria
80 executiva. O segundo indicador, vinculado à gestão administrativa, avaliará os indicadores
81 ligados ao cumprimento do planejamento que a própria entidade elabora para seu custeio. É
82 de senso comum que entidade tem autonomia financeira, e o IGAM não interfere, mas é
83 preciso ter planejamento eficiente, com o total de ações a serem executadas. Explica que no
84 primeiro momento o POA será avaliado de forma mais macro, e em segundo momento fazer
85 avaliação mais detalhada. Não compete ao IGAM indicar como executar, mas sim avaliar se
86 o que foi planejamento está sendo cumprido. Lembra que também já existe o entendimento
87 de que os 7,5% dos recursos da cobrança para custeio é um percentual defasado, mas
88 precisa ser observado em razão da legislação vigente. Rubia esclarece que o POA detalha o
89 custeio administrativo, ou seja, o planejamento realizado pela Agência Peixe Vivo para
90 manutenção da Agência. Já o PIA (Plano de Investimento Anual) refere-se ao detalhamento
91 do PPA, ou seja, detalha as ações de investimento na bacia a serem desenvolvidas no
92 período de um ano. Michael diz que PIA é mais utilizado em gestão finalística, pois está
93 diretamente vinculado ao PPA. Michael esclarece que os modelos de plano de trabalho
94 anteriores não eram salutar, pois era estabelecido um percentual de desembolso por
95 exercício. Isso repercutia em desembolso desenfreado, gerando a preocupação inicial
96 apenas em gastar o recurso. Mas hoje, a primazia é em planejamento e recurso alocado

97 conforme a necessidade, até para evitar pulverização do mesmo. Assim, é traçado um
98 objetivo macro do PPA, com objetivos de médio e longo prazo, e as atividades são
99 destrinchadas conforme estes objetivos. Lembra que o planejamento precisa ser feito de
100 acordo com capacidade operacional da entidade. A avaliação do IGAM se inicia no
101 cumprimento da execução física e financeira do PPA. Os indicadores de gestão
102 administrativa e de gestão finalística subsidiam a avaliação dos relatórios. O PIA é um
103 instrumento para nortear execução do PPA. Existe também o indicador de gestão proativa,
104 que envolve entrada de recursos para alavancar ações na bacia, o que repercute aumento
105 de nota. Não é algo a ser cumprido, mas deve ser valorizado caso ocorra. Ou seja, é
106 acrescentado ao resultado um ponto por parceria firmada. Rúbia informa que agência já tem
107 buscado parcerias e cita como exemplo uma parceria em fase avançada de negociação com
108 a *The Nature Conservancy* do Brasil (TNC) no sentido de levantar recursos para pagamento
109 por serviços ambientais na bacia do rio das Velhas. Michael lembra que o desempenho da
110 Agência Peixe Vivo em relação ao contrato de gestão incentiva a busca de novos recursos e
111 novos projetos a serem investidos na bacia, mas isso não é obrigação. **Avaliação trimestral**
112 **do PPA/PIA e das metas do Contrato de Gestão.** Rúbia Mansur, Gerente de Integração da
113 Agência Peixe Vivo, apresenta o Relatório Gerencial das Demonstrações Financeiras, do
114 período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de março de 2021, que podem ser acessados tanto
115 no site da agência quanto no site do comitê. O relatório apresenta a composição das receitas
116 e resumo das despesas do período. Como destaque o TAC (Termo de Ajustamento de
117 Conduta), assinado junto ao Estado para repasse dos valores ora contingenciados. O TAC
118 foi parcelado em 14 parcelas de R\$ 869.733,67 + 1 parcela de R\$ 417.735,13, totalizando
119 R\$ 12.594.006,51. 2) As parcelas estão classificadas como 92,5% (investimento). Diz que já
120 foram recebidas duas parcelas, restando ainda R\$ 10.854.539,17. Michael esclarece que o
121 acordo para repasse dos recursos contingenciados em parcelas foi feito com todos os
122 comitês do Estado que possuem cobrança. A SEF (Secretaria de Estado da Fazenda) se
123 comprometeu a repassar o passivo de pagamentos em 72 vezes e não contingenciar mais
124 recursos a partir do segundo semestre de 2020. Houve questionamento por parte dos
125 comitês que tentaram uma redução no número de parcelas, para que o passivo fosse
126 acertado ainda na gestão atual do governo, mas sem retorno da SEF e os recursos
127 começaram a ser liberados. Informa que existe um espaçamento de repasse dentro do
128 cronograma, para que se possa atender a todas as bacias. Então, em cada mês uma bacia é

129 contemplada. Contudo, este cronograma precisará ser revisto, em função da mudança de
130 entidade equiparada à Agência de Bacia dos Comitês do Rio Doce. Michael alerta que o
131 saldo gerencial que consta no Relatório apresentado por Rúbia não significa que o valor está
132 disponível para investimentos, uma vez que o recurso pode já estar comprometido com
133 contratos já firmados ou em projetos em fase de licitação. Então, para ficar mais bem
134 elucidado, Michael sugere criar uma linha no relatório com despesas já comprometidas ou
135 despesas futuras já contratadas, pois dará uma ideia geral do recurso que de fato existe em
136 caixa a ser investido. **Apresentação Projeto BI.** Mateus Carvalho, coordenador de TI da
137 Agência Peixe Vivo apresenta a proposta *BI (Business Intelligence)* cujo objetivo é usar
138 recursos de tecnologia para melhorar a transparência dentro do planejamento e execução
139 orçamentária anual. Diz que o projeto se encontra em desenvolvimento e em breve estará
140 disponível nos sites da APV e do comitê. Apresenta painel com informações gráficas que vão
141 permitir identificar e entender a situação das ações planejadas e/ou executadas realizadas
142 nas sub-ações dentro do exercício (ano). Apresenta filtros que podem detalhar cada
143 componente. Carlos Alberto considera os trabalhos apresentados de altíssimo gabarito, mas
144 tem receio de que se gaste muito dinheiro com controle. Diz entender o caráter público da
145 entidade e a necessidade de demonstrar item a item a utilização do recurso. Sugere buscar
146 formas de controle por meios mais baratos possíveis. Diz que acompanha a elaboração dos
147 PDRH dos Comitês dos Rios do Leste, e lembra que o primeiro documento enviado foi
148 relativo ao plano de trabalho da empresa executora, composto de 80 páginas. Na ocasião,
149 perguntou se existia forma de fazer plano de trabalho resumido, e a resposta era negativa,
150 pois o documento foi elaborado a partir do edital de licitação. Diz que por fim houve outra
151 reunião para acompanhar os trabalhos da bacia, que durou cerca de 3 horas com uma série
152 de informações que já existiam no plano de trabalho. Comenta que se gastou um tempo para
153 fazer um trabalho que já existia na licitação. Ohany esclarece que para controle e
154 acompanhamento da execução dos indicadores do CG, pode-se ter um aumento no volume
155 trabalho dos funcionários da Entidade, mas não haverá aumento de custos. Em relação ao
156 projeto de BI, diz que os dados que alimentarão o sistema já são disponibilizados em seus
157 trabalhos de rotina e os BI apenas automatizou a forma de obtenção das informações.
158 Michael considera pertinente a fala de Carlos, mas entende que o plano de trabalho é um
159 documento grande para evitar a subjetividade, que acaba criando mais custos ou mais
160 trabalho. Entende que no processo de prestação de contas e avaliação do cumprimento de

161 indicadores nada pode ser subjetivo. Lembra que as informações a serem disponibilizadas
162 são para que no futuro, não existam problemas no entendimento das mesmas. Sobre o BI,
163 lembra que é importante divulgar as ferramentas existentes. Não havendo mais nenhum
164 assunto a tratar, a coordenação do GACG atesta que esta reunião ocorreu com a estrutura
165 mínima necessária para possibilitar a participação de todos os conselheiros, e encerrou a
166 mesma, da qual se lavrou a presente ata. **Encaminhamentos:** Sugerir à APV que inclua no
167 relatório gerencial trimestral a previsão de despesas futuras / recursos comprometidos;
168 Sugerir aos coordenadores das CTs e Diretoria do Comitê a inclusão de pauta sobre o
169 projeto de BI desenvolvido pela APV.



Valter Vilela Cunha
Coordenador eleito em 14/09/2021